

Crescimento mais moderado

por Maria Aparecida Damasco
de São Paulo
(Continuação da página A-1)

federal, a Previdência, estados, municípios e as empresas estatais”, afirmou Malan a este jornal. Ele lembra, contudo, que, em 1995, a maior deterioração concentrou-se nas finanças dos estados e municípios – e que, nesse sentido, o programa de renegociação da dívida dos estados deve contribuir decisivamente para aliviar a situação daqui para a frente.

Sem o pressuposto do ajuste fiscal, tudo indica que a atividade econômica continuará patinando ao longo de 1996. Os próprios integrantes da equipe econômica, que até pouco tempo atrás falavam num trimestre de dificuldades, já passaram a se referir

a um semestre. A surpreendente reação das vendas no final do ano, que deve ter esvaziado as prateleiras de muitas lojas – principalmente da parcela do mercado que atende ao consumo popular – pode amenizar os rigores da sazonalidade, ao forçar o movimento de recomposição de estoques. Mas esse movimento não deverá ter fôlego para reverter o quadro.

“As encomendas do comércio à indústria vão despencar”, aposta o economista José Augusto Arantes Savasini, da Rosenberg Associados, sem se impressionar com a correria de última hora no comércio. Na sua avaliação, o PIB neste ano vai crescer apenas 2%, como resultado de uma queda de 1% na produção agrícola, e de aumentos de respectivamente 1,5% e

3% na atividade industrial e nos serviços. Para Savasini, a persistência dos juros altos e a manutenção do quadro de desemprego – “as demissões continuarão na indústria e começarão no setor financeiro”, arrisca ele – deverão reforçar essa tendência.

Com a atividade econômica em banho-maria, o desempenho da balança comercial não deverá trazer nenhuma dor-de-cabeça ao governo. Está no horizonte um superávit comercial na faixa de US\$ 1 bilhão a US\$ 2 bilhões. Nada comparável aos velhos tempos de saldos comerciais gigantescos, superiores. Mas suficientes para encolher o crônico déficit das transações correntes – de cerca de US\$ 16 bilhões, no ano passado, para algo como US\$ 11 bilhões.

“O cenário externo é extremamente favorável e deve favorecer a sustentação da política cambial”, acredita o economista Cláudio Contador, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “A banda não muda”, diz ele.

A médio e longo prazo, contudo, o setor externo continua sendo um forte limitador do crescimento do País – uma vez que o aumento medíocre das exportações representa um fator de inibição das importações e, em consequência, do próprio consumo. Daí a preocupação já manifestada pela equipe econômica com a formulação de uma política de comércio exterior mais abrangente e com a redução do chamado custo Brasil.

A continuação desse quadro traz à cena as discussões sobre o caráter do

desemprego no Brasil. Segundo a consultoria Macrométrica, o desemprego deverá aumentar nos próximos três anos. A consultoria prevê uma elevação contínua da taxa de desemprego aberto do atual nível de 4,70% para 6,15%, neste ano, e daí sucessivamente, até superar a marca de 10% em 1998. Só a partir daí haveria um declínio, conforme Estevão Kopischitz Bastos, sócio da Macrométrica.

O economista Edward Amadeo, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) carioca, também descarta a possibilidade de geração de novos empregos neste ano. Embora sua previsão para o crescimento da economia seja próxima de 4%, ela deverá ser absorvida pelo ganho de competitividade. ■